



Anais da Assembléia

N.105

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 25 DE SETEMBRO DE 1986.

ANO XII

4.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 10.^a LEGISLATURA
ATA DA 89.^a SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 25 DE SETEMBRO DE 1.986
QUINTA-FEIRA

Presidência do Sr. Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Srs. Deputados Adhail Sprenger Passos e Péricles Pacheco.

Às dez horas é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Nilso Sguarezzi, Antônio Annibelli, Anibal Khury, Quielse Crisóstomo, Ezequias Losso, Adhail Sprenger Passos, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Erondy Silvério, Ferrari Júnior, Gernote Kirinus, Gilberto Carvalho, Irondi Pugliesi, Ivan Gubert, Jorge Maia Filho, Leônidas Chaves, Márcio Almeida, Mário Pereira, Nelson Vasconcellos, Odeni Mongruel, Orlando Pessuti, Paulo Furiatti, Péricles Pacheco, Rubens Bueno, Sabino Campos, Sérgio Spada, Tadeu França, Tadeu Lúcio Machado, Tuguio Setogutte e Wilson Fortes (32). Achando-se ausentes os seguintes Srs. Deputados: Nelson Buffara, Fiori Luiz, Acir Mezzadri, Aírton Cordeiro, Amélia Hruschka, Antônio Belinati, Artagnão Mattos Leão, Caíto Quintana, Donato Gulin, Edgard Pimentel, Edilson Alencar, Edmar Luiz Costa, Eduardo Baggio, Ervin Bonkoski, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Hermas Brandão, Homero Oguido, José Antônio Fonseca, Luiz Alberto Oliveira, Nestor Baptista, Osvaldo Alencar Furtado, Tércio Albuquerque, Trajano Bastos e Werner Wanderer (26).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.^o SECRETÁRIO - procede à leitura da ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1.^o SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Mensagem:

Mensagem n. 135/86.

Curitiba, 25 de setembro de 1986.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de solicitar a essa Augusta Assembléia Legislativa, em conformi-

dade com o preceito contido no art. 22, inciso I, da Constituição Estadual, autorização para me afastar do País, nos dias 2, 3, 4 e 5 de outubro próximo, com destino a Buenos Aires, Argentina, a fim de proferir palestra na sessão de abertura e participar do "Simpósio Ibero-Americano Sobre Ambiente e Município", para o qual fui convidado.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOÃO ELÍSIO FERRAZ DE CAMPOS
Governador do Estado

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

REQUEIRO dispensa de Votação de Redação Final, para os projetos aprovados em Terceira Discussão e que não sofreram emendas.

Sala das Sessões, em 25.09.86.

(a) ANIBAL KHURY

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado nos Anais da Casa, um voto de profundo pesar, pelo falecimento do Sr. BERNARDO CHEMIN, ocorrido dia 24 de setembro último, na cidade de Telêmaco Borba - Paraná.

O extinto, pessoa da mais alta respeitabilidade, membro de tradicional e conceituada família, deixa saudades na comunidade em que sempre foi um grande colaborador.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência à família enlutada, no endereço: Rua Brasil Para Cristo, 149, Telêmaco Borba, Paraná.

Sala das Sessões, em 25.09.86.

(a) PÉRICLES PACHECO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, a consignação na Ata da sessão de hoje, de votos de congratulações dirigidos à TELEVISÃO CULTURA CANAL 8, pelos seus onze anos de funcionamento, com consequente encaminhamento ao Ilustríssimo Sr. Dr. Nilson Tadeu Reis Campos Silva, Diretor-Geral e ao Ilustríssimo Sr. Ézio Coelho Ribeirette, Editor-Chefe.

No dia 12 de junho de 1968, cumprindo todas as determinações então vigentes do sistema de comunicação, era confirmada autorização para instalar a Televisão Cultural.

A segunda fase, ocorrida no dia 25 de setembro de 1975, aquela emissora gerava suas primeiras imagens. Sem nenhuma dúvida, um dos principais marcos da imprensa maringense, assim como de toda a região. Significava, mais que um sonho concretizado, um momento que vinha de encontro ao progresso, servindo verdadeiramente como impulso ainda maior no processo desenvolvimentista.

Nos dias de hoje, presente a mesma disposição e idealismo dos primeiros instantes, o Canal 8 firmou-se como veículo de comunicação profundamente identificado com os reais interesses da sociedade, graças ao espaço que criou para a divulgação das potencialidades deste Estado, colocando-se ao lado de todas as iniciativas que efetivamente estivessem voltadas para o engrandecimento ainda maior do Paraná.

Desta forma, Sr. Presidente, Srs. Deputados, através deste breve relato, que fique registrado nos Anais deste Poder Legislativo, os cumprimentos à Televisão Cultural Canal 8, de Maringá, extensivos a todo o quadro de profissionais que, com dedicação e consciência, realizam um trabalho digno de reconhecimento e admiração.

Sala das Sessões em 25.09.86.

(a) RUBENS BUENO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de ofício objetivando o aumento do número de aparelhos telefônicos no Distrito Administrativo de Corumbataí do Sul, pertencente à municipalidade de Barbosa Ferraz.

Segundo o Ilustríssimo Sr. Jair Cândido de Almeida, que bem conhece a realidade de Corumbataí do Sul, afirma ser de vital importância o aumento do número de aparelhos telefônicos no referido Distrito, por haver grande desejo da população, interessada em instalá-los em residências e estabelecimentos comerciais.

Por isto que, para o presente requerimento, sejam tomadas todas as providências cabíveis, no sentido de solucionar o problema, através do aumento do número de aparelhos.

Sala das Sessões em 25.09.86.

(a) RUBENS BUENO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Ilustríssimo Sr. Presidente da TELEPAR - Telecomunicações do Paraná, visando a instalação de um telefone para uso público no Bairro Maccagnan, pertencente à municipalidade de Campina da Lagoa.

Tal reivindicação é de responsabilidade do Excelentíssimo Sr. Luiz Carlos Valim, integrante do Poder Legislativo Municipal, do qual é Presidente, conhecendo profundamente a realidade do referido Bairro, assim como suas necessidades, afirma ser de vital importância a instalação de um telefone público. Tal medida virá, por certo, beneficiar toda a comunidade de Maccagnan que, por vezes, fica até mesmo impossibilitada de realizar este tipo de comunicação (especialmente nos casos emergenciais), ocorrendo uma série de transtornos.

Eis, pois, as razões que se apresentam, esperando, por parte da referida Companhia, o imediato atendimento à presente proposta.

Sala das Sessões, em 25.09.86.

(a) RUBENS BUENO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, o envio de expediente dirigido ao Excelentíssimo Sr. Governador do Estado, no sentido da liberação de subvenção social destinada à ampliação das instalações da Escola da APAE - Associação de Pais e Amigos de Excepcionais de Campo Mourão.

O trabalho desenvolvido pela APAE em Campo Mourão, é digna de respeito e consideração, pois volta-se profundamente para o campo social, desenvolvendo atividades cujos resultados junto às crianças com problemas físicos têm sido altamente satisfatórios.

Em razão disto, cresce, a cada momento, a procura pelas famílias mourãoenses junto àquela entidade, fazendo com que a mesma, entre outras providências, tenha que ampliar suas instalações no sentido de adequar-se à expansão exigida.

Porém, para que tal meta seja alcançada, é de vital importância a colaboração da referida Governadoria, destinando subvenção para a citada Escola.

Sala das Sessões, em 25.09.86.

(a) RUBENS BUENO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve,

no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, o encaminhamento de correspondência dirigida ao Ilustríssimo Sr. Presidente da COPASA - Companhia Paranaense de Silos e Armazéns, através do Excelentíssimo Sr. Secretário de Estado da Agricultura, encarrecendo a construção de uma unidade de armazenagem na municipalidade de Moreira Sales.

Tendo em vista as extensas áreas produtoras que a cada ano aumentam o índice de produtividade de grãos na região; e considerando, principalmente o fato de não haver a disposição dos proprietários rurais locais para a guarda de seus produtos, a Câmara Municipal de Moreira Sales aprovou matéria no sentido de defender a construção de uma unidade armazenadora naquela cidade.

Segundo a proposição, de autoria do Excelentíssimo Sr. Vereador Adalberto Pronsati, Moreira Sales não conta, atualmente, com um local para armazenagem da safra agrícola, uma vez que o do IBC encontra-se alugada para uma cooperativa, não restando nenhuma opção.

Neste sentido, trata-se, fora de qualquer dúvida, de importante reivindicação, pois visa, sobretudo, dotar aquele município de condições condizentes com seu potencial, esperando, portanto, que a referida Companhia e Secretaria da Agricultura, determinem conjuntamente a destinação de recursos orçamentários para a pretendida obra.

Sala das Sessões, em 25.09.86.

(a) RUBENS BUENO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Excelentíssimo Sr. Governador, encarecendo auxílio financeiro para a municipalidade de Araruna.

A Administração Municipal de Araruna, ante a tão conhecida estrutura tributária vigente, que destina ao poder público recursos insuficientes até mesmo para atender necessidades mínimas, enfrenta alguns problemas no sentido de pôr em prática uma série de projetos, objetivando a melhoria das condições de sua população.

Neste sentido, uma das metas propostas diz respeito à pavimentação asfáltica de diversas vias existentes no perímetro urbano (conforme orçamento em anexo), que só poderão ser executadas se contar com a participação orçamentária dessa Governadoria.

Diante, pois, de tais argumentos, espera-se por parte desse Governo Estadual,

a desejada atenção para o presente, atendendo apelo do Excelentíssimo Sr. Prefeito Municipal de Araruna, Osvaldo Valarini.

Sala das Sessões, em 25.09.86.

(a) RUBENS BUENO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, seja remetido expediente endereçado ao Excelentíssimo Sr. Secretário de Estado dos Transportes, para que haja a liberação de recursos financeiros para a pavimentação asfáltica na municipalidade de Campo Mourão.

Trata-se da Avenida Prefeito Pedro Viriato de Souza Filho, importante via integrada aos Jardins Paulista, Aeroporto e Tropical, e seu asfaltamento resultará, primeiramente, em benefícios diretos ao conjunto de moradores dos mencionados núcleos habitacionais.

Além daquela avenida, a pavimentação deverá abranger seus dois acessos: de um lado a via que liga a PR-317, e de outro a Rua Ney Braga, sendo utilizada como acesso ao Parque de Exposições de Campo Mourão, local onde se realiza anualmente a EXPO-CAMPO (o evento ocorre no mês de outubro).

Eis, pois, os motivos que se apresentam, suficientes para que a referida Pasta, atendendo iniciativa do Ilustríssimo Sr. Eloy Maciel, conceituado Delegado Regional de Contabilidade, sediado em Campo Mourão, dê o esperado atendimento a esta justa solicitação, visto que a Prefeitura do município não dispõe de recursos capazes de executar obra de grande monta.

Sala das Sessões, em 25.09.86.

(a) RUBENS BUENO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, o encaminhamento de correspondência ao Ilustríssimo Sr. Presidente da TELEPAR - Telecomunicações do Paraná, objetivando a instalação de um telefone público na municipalidade de Quinta do Sol.

Sugerido pelo Excelentíssimo Sr. Solange Lopes, Prefeito Municipal, o local pretendido é o Posto Vale do Ivaí, localizado junto ao trevo da Rodovia PR-082, próximo ao perímetro urbano, tendo em vista o grande número de pessoas que lá transitam, intessadas na instalação de um telefone para uso público.

Por tratar-se, seguramente, de uma solicitação por demais justa, que haja a adoção de medidas que venham resultar na instalação do referido telefone naquele

local.

Sala das Sessões, em 25.09.86.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, o encaminhamento de expediente endereçado ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Previdência e Assistência Social, no intuito da criação e instalação de uma agência na Municipalidade de Ubiratã.

Em razão de contar, como base de sustentação sócio-econômica as atividades agrícolas, tal setor é responsável pelo emprego direto e indireto de centenas de pessoas, na maioria pertencentes às camadas de pequena e baixa renda. Diante do quadro social existente, os trabalhadores necessitam contar com uma estrutura previdenciária que traga-lhes alguma garantia e segurança. Neste sentido, visando auxiliar mais de perto os previdenciários, bem como novos pretendentes, é de vital importância a criação e instalação de uma agência da Previdência Social no progressista Município de Ubiratã, beneficiando também diversas cidades da região.

Diante do exposto, que o referido Ministério, com base nas argumentações ora discorridas, estude a viabilidade de tornar realidade esta justa reivindicação da comunidade ubiratanense.

Sala das Sessões, em 25.09.86.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, o envio de expediente dirigido ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado dos Transportes, no sentido da liberação de recursos financeiros para a construção de ciclovia na Municipalidade de Campo Mourão.

A Associação dos Moradores do Jardim Modelo, através de seu Presidente, Ilustríssimo Senhor José Ferreira, está a reivindicar a construção de uma ciclovia ligando o citado núcleo habitacional, e o Jardim Santa Cruz, no sentido da Polícia Rodoviária à COAMO - Cooperativa Agropecuária Mourãoense. A implantação de uma pista destinada, exclusivamente para os ciclistas permitirá que seus condutores, na maioria operários, possam se deslocar do trabalho para as suas residências (e vice-versa) com maior rapidez, comodidade e segurança, o que, aliás, tem-lhes faltado ultimamente, diante dos acidentes havi-

dos, com consequências danosas, ceifando a vida de mourãoenses, recentemente.

Mas, para que a justa pretensão daquela entidade venha efetivamente a se concretizar, considerando a falta de recursos orçamentários da Prefeitura Municipal de Campo Mourão, que a referida Pasta determine o pronto atendimento da mesma.

Sala das Sessões, em 25.09.86.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação dirigida ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado dos Transportes no sentido da construção de uma ponte sobre o Rio Simões, na Municipalidade de Barbosa Ferraz.

A construção de uma nova passagem sobre o Rio Simões, próximo a localidade de Pocinho é uma obra cuja realização é inadiável. Mais do que isto, de caráter emergencial, conforme destaca o responsável por tal iniciativa, o Ilustríssimo Senhor Mozart Silva, antigo morador naquele Município, tendo em vista, servir de ligação a inúmeras propriedades existentes.

Por outro lado, dada às limitações orçamentárias, assim como a estimativa de gastos, a Administração Municipal não possui sozinho condições de construir a referida ponte, havendo, deste modo, a real necessidade da colaboração dessa Pasta.

Sala das Sessões, em 25.09.86.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de expediente destinado à TELEPAR - Telecomunicações do Paraná, encarecendo a instalação de um telefone público junto à Escola Estadual São Judas Tadeu, localizada na Municipalidade de Quinta do Sol.

Conforme iniciativa do Excelentíssimo Senhor Eduardo Viana Pereira, integrante do Poder Legislativo, do qual é Presidente, a instalação de um telefone para uso público é, antes de tudo, uma antiga reivindicação dos integrantes do referido estabelecimento de ensino. Ademais, a Escola Estadual São Judas Tadeu é local onde concentra-se grande número de pessoas, razão pela qual é imprescindível tal meio de comunicação.

Espera-se, portanto, o pronto atendimento a este requerimento, dada à inquestionável importância da reivindicação para

Quinta do Sol.

Sala das Sessões, em 25.09.86.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, o encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Agricultura, encarecendo a realização de estudos objetivando liberar áreas para o plantio de cítricos na Municipalidade de Ubiratã.

A presente reivindicação está fundamentada em iniciativa neste sentido, de responsabilidade do Excelentíssimo Senhor José Vicente Pires. Na qualidade de integrante do Poder Legislativo, bem como na condição de Presidente do Diretório Municipal do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, afirma existir grande interesse por parte de diversos proprietários rurais com relação ao cultivo de plantas cítricas, uma vez haver plenas condições de solo e ambientais naquela região.

Tendo em vista, tratar-se de uma justa pretensão, considerando seu inquestionável significado sócio-econômico, espera-se, pelos motivos ora apresentados, que a referida Pasta determine a imediata avaliação do assunto exposto, adotando as pretendidas medidas para a implantação de cítricos naquela vasta e rica região de Ubiratã.

Sala das Sessões, em 25.09.86.

(a) RUBENS BUENO

Projeto de Lei:

PROJETO DE LEI N. 224/86
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º - Autoriza o Chefe do Poder Executivo Estadual a instituir o regime de remuneração pelo Estado, em favor dos advogados que, nomeados pela autoridade judiciária competente, promovam no juízo cível ou criminal a defesa dativa ou a assistência judiciária das pessoas pobres.

Art. 2.º - O direito a honorários, de que trata esta lei, estende-se:

I - ao curador de réu menor necessitado, quando nomeado pelo juiz, na forma do art. 262, do Código de Processo Penal;

II - ao estagiário acadêmico de Direito, nos termos do art. 18 da Lei Federal n. 1060, de 05 de fevereiro de 1950, sendo que a este caberá uma cota-parte dos honorários fixados para o advogado a quem tenha auxiliado no patrocínio das causas, desde que não remunerados pelos cofres

públicos.

Art. 3.º - É condição básica, para percepção das vantagens ora instituídas, o acompanhamento do processo, com zelo e diligência, em todos os seus termos, até sentença final.

§ 1.º - Na substituição, por justo impedimento do advogado inicialmente nomeado, seus honorários e os do substituto serão fixados na proporção dos serviços que cada qual haja prestado.

§ 2.º - Igual proporcionalidade será observar a hipótese do art. 263, do Código de Processo Penal.

Art. 4.º - Para efeito desta lei, dever-se-á manter, quanto possível, o critério de rodízio entre os advogados, na distribuição dos encargos da assistência judiciária e na defesa dativa.

Art. 5.º - Não será devida a remuneração do advogado, quando:

I - o beneficiário da assistência judiciária, em processo cível, for vencedor na causa, e tiver o sucumbente condições de cumprir a sentença quanto a honorários;

II - o beneficiário da assistência judiciária, qualquer que seja sua situação econômica, apresentar-se com advogado constituído;

III - mesmo após a sentença final, o assistido vier a perder a condição legal de necessitado ou a concessão do benefício ocorrer por declaração falsa;

IV - for deferido, no curso da lide, o benefício da justiça gratuita, sem ser por estado de pobreza superveniente;

V - houver extinção do processo, na forma do art. 267, incisos I a XI, do Código de Processo Civil;

VI - ocorrer transação ou conciliação, das quais resultem para o assistido, vantagens econômicas, ou para o advogado, a percepção efetiva de honorários;

VII - na jurisdição voluntária;

VIII - se tratar de ação de usucapião não contestada, mas provida, independente do valor do imóvel usucapiendo;

IX - incorrer o assistido nas sanções dos arts. 16 e 18 do Código de Processo Civil.

Art. 6.º - Fica a cargo e sob a responsabilidade da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Estado do Paraná, a movimentação dos recursos necessários ao pagamento da remuneração prevista nos artigos 1.º e 2.º desta lei.

Parágrafo Único - O pagamento a que se refere este artigo será efetuado à vista da fixação dos honorários, em cada caso, pela autoridade judiciária, e com observância do que ficar estabelecido no decreto que regulamenta esta lei e na Tabela e Normas a serem elaboradas pela mesma entidade de classe e homologadas pelo Chefe do Poder Executivo.

Art. 7º - A Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Paraná, prestará contas ao Tribunal de Contas do Estado, das importâncias recebidas em decorrência desta lei, no prazo e na forma determinados pela legislação vigente.

Art. 8º - A remuneração prevista nos artigos 1º e 2º, não é devida aos assistentes e defensores nomeados anteriormente à vigência desta lei.

Art. 9º - As despesas decorrentes da aplicação desta lei correrão à conta da dotação própria a ser inserida no Orçamento do Estado, em cada exercício.

Parágrafo Único - Nos exercícios financeiros cujos orçamentos não consignaram a dotação específica a que se refere o "caput" deste artigo, fica o Poder Executivo autorizado a abrir o competente crédito especial.

Art. 10 - Decreto do Chefe do Poder Executivo regulamentará esta lei, no prazo de 60 (sessenta) dias.

Art. 11 - Esta lei entrará em vigor no exercício imediato ao de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 25.09.86.

(a) NILSO SGUAREZI

JUSTIFICATIVA:

Inúmeros são os advogados paranaenses que, idealisticamente, deixam de atender clientes que pagam honorários, para darem atendimento às nomeações dativas da Justiça.

O quadro social do Paraná, tem feito com que, ultimamente, se avolumem os casos de pessoas sem meios de patrocinarem suas causas na Justiça. E como o direito de defesa é inviolável e constitucionalmente exigível, tem sido a classe de advogados paranaenses, que cumpre este ônus público.

Em outros Estados da Federação, de há muito os Governos vêm pagando este trabalho, que é realmente, um encargo do Poder Público. Daí porque, o presente plano de lei, a fim de que, também no Paraná, a exemplo de outros Estados, não fiquem nossos advogados sobrecarregados com defesas dativas, quase sempre causadoras de prejuízo em tempo e estudo, para as causas contratadas.

A participação efetiva da OAB, neste anteprojeto, justifica-se porque, como órgão de classe, caberá a ela, disciplinar toda a gama de situações que surgirem na implantação do pagamento dos honorários.

Quanto à fixação, quantitativa, dos honorários, caberá ao Executivo estabelecer através da regulamentação da lei. Recomenda-se apenas que sejam ouvidos a respeito, a OAB, como principal interessada e o Egrégio Tribunal de Justiça, como órgão disciplinador e coordenador da própria atividade forense.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Não havendo oradores inscritos para o Pequeno nem para o Grande Expedientes, passamos ao Horário das Lideranças.

Consulto o PDS se fará uso de seu horário. (Declina). Havendo declinado, consulto o PMDB. (Declina). Havendo declinado, consulto o PDT. (Pausa). Ausente, consulto o PTB. (Declina). Havendo declinado, consulto o PL. (Declina). Havendo declinado, consulto o PFL. (Declina). Havendo declinado, declaro encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 32 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, Mensagem n. 135/86 subscrita pelo Senhor Governador do Estado, constante do expediente, solicitando autorização para se afastar do País, nos dias 2, 3, 4 e 5 de outubro próximo, com destino a Buenos Aires - Argentina. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

4ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 203/86, de autoria do Deputado FUAD NACLI, que dá nova redação ao inciso II, do Título "DOS DISTRIBUIDORES", da Tabela XVI (Atos dos Contadores, Partidores, Distribuidores e Depositários Públicos), constante do anexo da Lei n. 6.149, de 09 de setembro de 1970, conforme especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J. e C.F., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA, COM EMENDA DE 3ª DISCUSSÃO. Aprovado.

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 113/83, de autoria do Deputado JORGE MAIA FILHO, que cria o município de Rosário, com sede e divisas do atual distrito administrativo de Rosário e território desmembrado do município de Grandes Rios. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado.

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 50/85, de autoria do Deputado ROBERTO REQUIÃO, que declara de utilidade pública a "IGREJA MISSIONÁRIA NOVA JERUSALÉM", com sede nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. COM SUBSTITUTIVO GERAL da C.C.J. Aprovado.

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 140/85, de autoria do Deputado EDMAR LUIZ COSTA, que revoga o parágrafo único, do artigo 18 da Lei n. 7567, de 12.01.82 (Re-

gimento de Custas Judiciais do Estado). Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 223/85, de autoria do Deputado NILSO SGUARREZI, que denomina Escola de 1. Grau "Professor RUY VIRMONT MARQUES", a antiga Escola de 1. Grau "MAHATMA GHANDI" situada no município de Guarapuava. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 291/85, de autoria do Deputado CAÍTO QUINTANA, que dá nova redação ao art. 49, da Lei n. 6149, de 09.09.70, modificado pelo art. 23, da Lei n. 7567, de 08.01.82, mantido seu parágrafo único. (As tabelas constantes do Anexo desta Lei serão atualizadas semestralmente, a 01.05. e 01.11., na variação nominal das O.R.T.N., no período, sendo o valor comunicado por ato do Corregedor da Justiça). Com PARECER CONTRÁRIO da C.C.J., por unanimidade e PARECER FAVORÁVEL da C.F., por unanimidade. Com SUBSTITUTIVO GERAL da C.F. Aprovado.

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 66/86, de autoria do Deputado ACYR MEZZADRI, que declara de utilidade pública a "CRECHE MARIINHA", com sede e foro na cidade de Campo Largo. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 67/86, de autoria do Deputado PAULO FURIATTI, que declara de utilidade pública a "AMAR - ASSOCIAÇÃO DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE DE ARAUCÁRIA". Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 70/86, de autoria do Deputado ANTÔNIO ANIBELLI, que denomina Rodovia "TILDO MAZZARINO" a Estrada PR-182, trecho Santa Izabel do Ivaí a Tapira. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei Complementar n. 78/86, de autoria do Deputado NESTOR BAPTISTA, que dá nova redação ao inciso II, do artigo 166, da Lei n. 6174, de 16.11.70, conforme especifica. (Contribuições para montepio, ou pensão, desde que sejam instituições oficiais dotadas de personalidade jurídica de direito público. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado (Publ. no D.A. 32/86, de 24.04.86).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N. 78/86

PARECER:

A intenção do nobre Deputado Nestor Baptista, ao apresentar o projeto de lei em exame, é dar nova redação ao inciso II, do artigo 166, da Lei n. 6174, de 16.11.70, conforme especifica (contribuição para montepio, ou pensão, desde que de instituições oficiais dotadas de personalidade jurídica de direito público).

A matéria não fere qualquer dispositivo constitucional, legal ou regimental, não existindo qualquer impedimento ao seu trâmite.

Assim sendo, manifestamos o nosso Parecer favorável, opinando pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 27.08.86.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO - Presidente

EDMAR LUIZ COSTA - Relator

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.77/86, de autoria do Deputado FIORI LUIZ, que denomina de Rodovia "Carlos João Strass" a estrada que liga Londrina ao Distrito de Warta, conforme especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.85/86, de autoria do Deputado PAULO FURIATTI, que declara de utilidade pública o "Clube de Oratória de Apucarana", com sede e foro em Apucarana. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.131/86, de autoria do Deputado RUBENS BUENO que denomina de "Rodovia Prof. Durval Ribeiro Dias", a Rodovia que interliga os municípios de Iretama e de Barbosa Ferraz, conforme especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.125/86, de autoria do Deputado FRANCISCO ESCORSIN, que declara de utilidade pública a "Associação de Proteção à Maternidade e à Infância" - A.P.M.I., com sede e foro no município de Assaí, conforme especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado. (Publicado no D.A. 53/86, de 02/06/86).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N.125/86

PARECER:

De autoria do nobre Deputado Francisco Escorsin, o presente projeto de lei tem por finalidade declarar de utilidade pública a entidade "Associação de Proteção à Maternidade e à Infância" - A.P.M.I.,

com sede e foro no município de Assaí.

Da análise do processo, pela justificativa apresentada pelo autor e a documentação inserida ao mesmo, comprovam o preenchimento pela entidade dos requisitos essenciais exigidos pela legislação reguladora da matéria.

Nestas condições, o nosso Parecer é favorável, pela sua APROVAÇÃO.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 27/08/86.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO - Presidente;
HERMAS BRANDÃO - Relator.

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.133/86, de autoria do Deputado EDMAR LUIZ COSTA, que declara de utilidade pública a "Sociedade Espírita Renovação - SER., com sede nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado. (Public. no D.A. 61/86, de 12/06/86).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI N.133/86

PARECER:

O presente plano de lei, de autoria do Nobre Deputado Edmar Luiz Costa, tem por finalidade declarar de utilidade pública a "Sociedade Espírita Renovação - SER, com sede e foro nesta Capital.

Encontra-se o processo devidamente instruído com a documentação exigida pela legislação pertinente à matéria - Lei n.6.994 de 10/01/78, inexistindo, portanto, qualquer óbice de natureza regimental ou legal a sua normal tramitação por esta Casa.

A justificativa apresentada pelo autor, nos convence da sua oportunidade, razão pela qual opinamos favoravelmente a sua APROVAÇÃO.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 27/08/86.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO - Presidente;
GERNOTE KIRINUS - Relator.

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.157/86, de autoria do Deputado SABINO CAMPOS, que declara de utilidade pública a "Associação dos Servidores da Secretaria de Estado do Interior", com sede nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Em Regime de Urgência. Aprovado. (Public. no D.A. 71/86, de 27/06/86).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI N.157/86

PARECER:

O presente plano de lei, de autoria do nobre Deputado Sabino Campos, tem por finalidade declarar de utilidade pública a "Associação dos Servidores da Secretaria de Estado do Interior", com sede e foro

nesta Capital.

Encontra-se o processo devidamente instruído com a documentação exigida pela legislação pertinente à matéria Lei n.6.994 de 10/01/78, inexistindo, portanto, qualquer óbice de natureza regimental ou legal a sua normal tramitação por esta Casa.

A justificativa apresentada pelo autor, nos convence da sua oportunidade, razão pela qual opinamos favoravelmente a sua APROVAÇÃO.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 17/09/86.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO - Presidente;
IVAN GUBERT - Relator.

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n.60/85, de autoria dos Deputados NILSO SGUAREZI, ANIBAL KHURY e QUIELSE CRISÓSTOMO, que dispõe sobre a articulação da sociedade paranaense, para a criação de proposta que dê conteúdo para um novo Pacto Federal Brasileiro conforme especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Com EMENDA. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado. (Public. no D.A. 54/85, de 11/06/85).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE RESOLUÇÃO N. 60/85

PARECER:

1 - A Mesa Diretora desta Casa de Leis, integrada pelos nobres Deputados Nilso Sguarezi, Anibal Khury e Quielse Crisóstomo, apresenta este projeto de resolução, o qual "dispõe sobre a articulação da sociedade paranaense, para a criação de proposta que dê conteúdo para um Novo Pacto Federal Brasileiro".

2 - Esse plano de lei, estabelece a criação, nesta Assembléia Legislativa, de uma Comissão Especial com duração de até 12 (doze) meses, a qual teria por finalidade "a criação de anteprojeto de Ato Constitucional a ser adotado pelo Congresso Nacional para a convocação de Assembléia Nacional para a repactuação da Federação brasileira" e "proposta de conteúdo para o Novo Pacto Federal, na visão do povo paranaense".

3 - Tal Comissão seria composta de Presidente, Vice-Presidente, Relator-Geral e quatro Relatores-Adjuntos, todos os quais seriam designados pelo Presidente desta Casa de Leis, ouvidas as lideranças dos partidos políticos nela representados.

4 - O Projeto de Resolução está acompanhado de um "Anexo I", que prevê a composição e o "modus operandi" previstos para a Comissão Estadual para a coleta dos conteúdos propostos pela sociedade para um Novo Pacto Federal.

5 - O presente plano de lei, é dos mais oportunos, pois certamente poderá

proporcionar valiosos subsídios para a Assembleia Nacional Constituinte, levando à mesma os anseios e aspirações do povo paranaense.

6 - Nestas condições, face a sua inequívoca constitucionalidade, opinamos favoravelmente a sua aprovação, com a inclusão da emenda anexa, que permitirá maior versatilidade na coleta de proposições por parte dos vários segmentos da sociedade.

Sala das Comissões,

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO

Presidente

IVAN GUBERT

Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDA AO PROJETO DE RESOLUÇÃO N. 60/85

(Incluir onde couber)

"Art. - A Comissão Especial poderá, a seu critério, criar subcomissões destinadas a contribuir para a coleta de subsídios".

.....

A justificativa será feita em plenário.

Sala das Comissões,

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO

Presidente

IVAN GUBERT

Relator

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n. 114/85, de autoria do Deputado MÁRCIO ALMEIDA, que institui no âmbito do Poder Legislativo, o Grupo Interparlamentar de Amizade entre o Estado do Paraná, (BRASIL) e a Província de Matanzas (CUBA), na forma que especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado. (Public. no DA. 96/85, de 23/09/85).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE RESOLUÇÃO N. 114/85

PARECER:

A matéria em exame, de iniciativa do nobre Deputado Márcio Almeida, institui no âmbito do Poder Legislativo o Grupo Interparlamentar de Amizade entre o Estado do Paraná (Brasil) e a Província de Matanzas (Cuba).

No momento, em que o Brasil restabelece relações diplomáticas com Cuba, a medida proposta ganha especial relevância. As medidas de maior intercâmbio entre os povos da América Latina são uma contribuição significativa para um desenvolvimento mais harmônico de nossos países. Tanto mais importante, quanto maior é a identidade cultural entre os nossos povos.

Do ponto de vista dos aspectos constitucionais, legal ou regimental, nada existe que impeça o trâmite da matéria.

Assim sendo, manifestamos o nosso Parecer favorável, opinando pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 15/09/86.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO

Presidente

RUBENS BUENO

Relator

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sobre a mesa, requerimento de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, constante do expediente, solicitando dispensa da votação da Redação final, para os Projetos aprovados em 3ª Discussão e que não sofreram emendas. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando envio de expediente ao Senhor Presidente da TELEPAR, viabilizando o aumento do número de aparelhos telefônicos, no Distrito Administrativo de Curitiba, no Município de Barbosa Ferraz. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Presidente da TELEPAR, encarecendo a instalação de um telefone, para uso público, no Bairro Maccagnan, do Município de Campina da Lagoa. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Governador do Estado, encarecendo a liberação de subvenção social, destinada à ampliação das instalações da Escola da APAE, do Município de Campo Mourão. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Presidente da COPASA, por intermédio da Secretaria da Agricultura, viabilizando a construção de uma unidade de armazenagem, no Município de Moreira Sales. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Governador do Estado, encarecendo um auxílio financeiro, para o Município de Araruna. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário dos Transportes, viabilizando a liberação de recursos financeiros, para a pavimentação asfáltica, no Município de Campo Mourão. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor De-

putado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente, ao Senhor Presidente da TELEPAR, encarecendo a instalação de um telefone público, no Município de Quinta do Sol. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Ministro da Previdência e Assistência Social, viabilizando a criação e instalação de uma agência, no Município de Ubiratã. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário dos Transportes, encarecendo a liberação de recursos financeiros, para a construção de uma ciclovia, no Município de Campo Mourão. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário dos Transportes, encarecendo a construção de uma ponte, sobre o Rio Simões, no Município de Barbosa Ferraz. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Presidente da TELEPAR, viabilizando a instalação de um telefone público, junto à Escola Estadual São Judas Tadeu, no Município de Quinta do Sol. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário da Agricultura, encarecendo a liberação de áreas, para o plantio de cítricos, no município de Ubiratã. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando voto de congratulações pela passagem do 11.º aniversário de fundação da Televisão Cultura - Canal 8, do Município de Maringá. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Péricles Pacheco, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Senhor Bernardo Chémin, ocorrido no dia 24 de setembro do corrente ano, no Município de Telêmaco Borba. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 29, às 10:00 horas com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3.ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n. 66,

67, 70, 77, 85 e 131/86.

2.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei Complementar n. 78/86 e dos Projetos de Lei n. 125, 133 e 157/86 e dos Projetos de Resolução n. 60 e 114/85.

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei Complementar n. 173/86 e dos Projetos de Lei n. 89/81, 44, 153, 154 e 195/86.

Levanta-se a sessão.

4.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 10.ª LEGISLATURA
ATA DA 19.ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 25 DE SETEMBRO DE 1.986

QUINTA-FEIRA

Presidência do Sr. Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Srs. Deputados Adhail Sprenger Passos e Péricles Pacheco.

Às dez horas e quinze minutos é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Nilso Squarezzi, Antônio Annibelli, Anibal Khury, Quielse Crisóstomo, Ezequias Losso, Adhail Sprenger Passos, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Erondy Silvério, Ferrari Júnior, Gernote Kirinus, Gilberto Carvalho, Irondi Pugliesi, Ivan Gubert, Jorge Maia Filho, Leônidas Chaves, Márcio Almeida, Mário Pereira, Nelson Vasconcellos, Odeni Mongruel, Orlando Pessuti, Paulo Furiatti, Péricles Pacheco, Rubens Bueno, Sabino Campos, Sérgio Spada, Tadeu França, Tadeu Lúcio Machado, Tuguio Setogutte e Wilson Fortes (32). Achando-se ausentes os seguintes Srs. Deputados: Nelson Buffara, Fiori Luiz, Acir Mezzadri, Aírton Cordeiro, Amélia Hruschka, Antônio Belinati, Artagão Mattos Leão, Caíto Quintana, Donato Gulin, Edgard Pimentel, Edilson Alencar, Edmar Luiz Costa, Eduardo Baggio, Ervin Bonkoski, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Hermas Brandão, Homero Oguido, José Antônio Fonseca, Luiz Alberto Oliveira, Nestor Baptista, Osvaldo Alencar Furtado, Tércio Albuquerque, Trajano Bastos e Werner Wanderer (26).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO - procede à leitura da ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Não havendo expediente a ser lido,

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 32 Senhores Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

REDAÇÃO FINAL - Do Projeto de Lei n. 383/84, que cria o Distrito Administrativo de Mauá, no Município de Marilândia do Sul, com as divisas que especifica. Aprovado. (Public. no DA. n. 119/85 de 05.11.85)

REDAÇÃO FINAL - Do Projeto de Lei n. 146/85, que aprova o memorial descritivo e as confrontações do Município de Doutor Camargo, conforme especifica. Aprovado. (Public. no DA. 102 de 22.09.86).

REDAÇÃO FINAL - Do Projeto de Lei n. 280/85, que concede o Título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná, ao Prelado da Igreja Católica, DOM OLÍVIO AURÉLIO FAZZA, Bispo Diocesano de Foz do Iguaçu-PR. Aprovado. (Public. no DA. 115 de 29.10.85.).

REDAÇÃO FINAL - Do Projeto de Lei n. 304/85, que autoriza o Poder Executivo a reverter ao Município de Paulo Frontin, parte remanescente, não utilizada, do imóvel constituído pelo lote de terreno urbano, com área de 14.220.00m². situado no quadro que especifica, transcrito no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Mallet. Aprovado. (Public. no DA. 126 de 18.11.85).

REDAÇÃO FINAL - Do Projeto de Lei n. 308/85, que concede Gratificação de Representação aos Assistentes Jurídicos, Ativos e Inativos, do Quadro Geral do Poder Executivo e dá outras providências. Aprovado. (Public. no DA. 128 de 20.11.85).

REDAÇÃO FINAL - Do Projeto de Lei n. 108/86, que declara de utilidade pública o "CENTRO DE TREINAMENTO E REINTEGRAÇÃO SOCIAL MONTE HOREBE", com sede e foro no Município de Rio Branco do Sul. Aprovado. (Public. no DA. 43 de 13.05.86).

REDAÇÃO FINAL - Do Projeto de Lei n. 158/86, que objetiva dar nova redação ao art. 11 e seus incisos e parágrafos, da

Lei n. 7.424, de 17/12/80, que versa sobre o Plano de Classificação de Cargos do Poder Executivo, e dá outras providências. Aprovado. (Public. no DA. 75, de 04/08/86 - Mensagem 82)

REDAÇÃO FINAL - Do Projeto de Resolução n. 47/86, que aprova o 3. Termo Aditivo, firmado em 26/02/86, ao Convênio de 15/07/83, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Agricultura e da Fundação Instituto Agrônomo do Paraná, e o Ministério da Agricultura, objetivando a complementação de recursos financeiros para a consecução do objetivo previsto no instrumento originário. Aprovado. (Public. o DA. 40, de 08/05/86, Mensagem n. 62).

REDAÇÃO FINAL - Do Projeto de Resolução n. 48/86, que aprova os Termos Aditivos celebrados em 21/03/86 entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Agricultura, e o Ministério da Agricultura, conforme especifica. Aprovado. (Public. no DA. n. 40 de 08/05/86, Mensagem n. 61).

REDAÇÃO FINAL - Do Projeto de Resolução n. 49/86, que aprova o Convênios celebrados pelo Estado do Paraná, através da Secretaria da Agricultura, com as partes, datas e objetivos adiante mencionados. Aprovado. (Public. no DA. n. 40, de 08/05/86, Mensagem n. 63)

REDAÇÃO FINAL - Do Projeto de Resolução n. 50/86, que aprova o 1. Termo Aditivo, firmado em 30/12/85, ao Convênio SAREM n. 63/85, celebrado em 02/10/85, entre o Estado do Paraná e a União, através da Secretaria de Planejamento da Presidência da República, objetivando a prorrogação do prazo de vigência do instrumento originário. Aprovado. (Public. no DA. n. 40 de 08/05/86 - Mensagem n. 52).

REDAÇÃO FINAL - Do Projeto de Resolução n. 51/86, que aprova os Termos Aditivos celebrados pelo Estado do Paraná, através da Secretaria da Agricultura, com as partes, datas e objetivos adiante mencionados. Aprovado. (Public. no DA. n. 40 de 08/05/86, Mensagem n. 64)

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária.

Levanta-se a sessão.

FUNDO ESTADUAL DE PREVIDÊNCIA DO PARLAMENTAR - FEPPA
BALANCE
ENCERRADO EM 31 DE AGOSTO DE 1986

ATIVO

PASSIVO

CIRCULANTE

CIRCULANTE

I.R. Fonte 12.190,13

PATRIMÔNIO

Patrimônio Líquido..... 16.863.724,22

RECEITAS

Renda de Contribuições..... 4.416.790,76
Renda de Títulos.....9.114.007,85
Juros e Empréstimos..... 125.205,90
Outras Rendas..... 110.601,07
13.766.605,58

TOTAL DO PASSIVO..... 30.642.519,93

Banestado - C/C 3138..... 99.158,02
Banestado - Poupança..... 813.446,63
Bamerindus- Poupança8.237.697,14
Bradesco- Poupança.....1.303.246,68
Itaú-Poupança.....1.296.371,90
Real- Poupança.....7.244.506,21
Valores Mobiliários.....8.607.028,41
Empréstimos Concedidos..... 455.468,81

28.056.923,80

IMOBILIZADO

Móveis e Utensílios30,10

DESPESAS

Aposentados..... 2.532.356,75
Serviços de Terceiros..... 42.168,00
Materiais de Consumo..... 1.550,60
Seguros..... 9.440,43
Despesas Bancárias..... 50,23
Reversão para Cruzados..... 0,02
2.585.566,03

TOTAL DO ATIVO30.642.519,93

ODENI VILLACA MONGRUEL
Tesoureiro

ARTAGÃO DE MATTOS LEXO
Presidente

VICENTE P. RODACKI
Contador CRC-PR 6635